

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ACESSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

PITA, Fábria Halana Fonseca Rodrigues

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – fabiahalana@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na história da humanidade as pessoas com deficiência, devido ao preconceito e exclusão social, foram eliminadas, vistas como “impuras”, indignas do perdão divino, proibidas de manter contato com a sociedade, assistidas pela caridade, até chegar à fase de mobilização para a conquista de seus direitos. Atualmente, as pessoas com deficiência estão participando da vida em sociedade de forma mais ativa, buscando seus direitos e uma melhor qualidade de vida.

Diante da visibilidade das pessoas com deficiência nos diversos espaços, serviços e equipamentos sociais, destaca-se o acesso à escola regular. Logo, se faz necessário a elaboração de alternativas para garantir o direito à educação por este segmento. Nesse contexto, a presença do/a Assistente Social na escola é de suma importância, visto que esse profissional atende as demandas da sociedade, buscando viabilizar o acesso e permanência dos estudantes de forma igualitária e digna.

Este estudo tem como objetivo principal analisar, a partir das fontes literárias pesquisadas, o papel do Serviço Social no acesso das pessoas com deficiência ao ambiente escolar no contexto brasileiro. Utilizou-se como metodologia o levantamento bibliográfico de livros, artigos e produções acadêmicas.

2. A TRAJETÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E O ACESSO À EDUCAÇÃO

Historicamente a pessoa com deficiência no Brasil esteve alheia à sociedade, sendo público alvo, durante vários anos, de ações caridosas e assistencialistas. A partir dos anos sessenta houve a inserção do capítulo de educação especial na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961. Logo, esse segmento começou a se mobilizar e solicitar políticas por parte do governo, reivindicando melhores condições de vida. (LANNA JÚNIOR, 2010). Segundo Sasaki (1997), nos anos de 1970 surgiram as classes especiais nas escolas de ensino regular, para que não comprometesse o ensino dos estudantes sem deficiência.

No ano de 1981 o Estado brasileiro instituiu a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), tendo como principais ações, a garantia do acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola (SANTIAGO, 2011). Logo, começaram a ser planejadas ações, planos e programas com a participação de entidades pelo meio de suas representações. Como também contribuíram na elaboração da Constituição de 1988, fundamentada nos princípios da liberdade e igualdade (LANNA JÚNIOR, 2010).

A partir dos anos de 1990 surgiu o modelo de inclusão social, em que a sociedade deveria eliminar as barreiras para que a pessoa com deficiência pudesse ter acesso aos

serviços, ambientes e informações. Neste contexto, as escolas inclusivas consideram as necessidades específicas de todos os estudantes, não os excluindo.

A Declaração de Salamanca (1994), elaborada na Espanha, influenciou as principais ações brasileiras com relação ao acesso e permanência da pessoa com deficiência na escola regular, possibilitando a inclusão social e uma educação para todos.

Nos anos 2000, foi aprovado o Decreto nº 7.612 (BRASIL, 2011) que instaurou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Com o objetivo de planejar e fortalecer novas ações para esse segmento. Em 2015 com a instituição da Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) – que entrou em vigor em 2016, houve o avanço na garantia de direitos das pessoas com deficiência, principalmente com relação à inclusão social e cidadania.

Deste modo, a pessoa com deficiência vem conquistando mais espaço na sociedade, conquistando sua autonomia e exercendo cada vez mais a cidadania. Com o acesso da pessoa com deficiência às escolas regulares, nota-se que existem mudanças a serem realizadas no tocante aos espaços, às metodologias usadas no ensino-aprendizagem, bem como o preconceito e discriminação presentes nesses espaços.

3. A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS

Conforme documento CFESS/CRESS (2012) há registros de que o Serviço Social na educação no Brasil iniciou-se na década de 1930, no entanto, é a partir da década de 90 que estes profissionais realmente consolidaram-se nesta área. De acordo com Pinheiro (1985) no ano de 1928 em Pernambuco, o governo determinou a criação de “um corpo de visitadoras, [que tinha como função] (...) zelar pela saúde dos escolares e visitar as famílias dos alunos, a fim de conhecer o meio em que estes viviam, e incentivar nos pais, hábitos sadios” (PINHEIRO, 1985).

Na Constituição de 1946 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, a educação básica foi estabelecida como obrigação do Estado. Nesse contexto, houve a aproximação cada vez maior entre o Serviço Social e o espaço escolar, atuando de forma a garantir a permanência dos estudantes nesses espaços. Já que os mesmos começaram a apresentar problemas na aprendizagem, questões de violência e evasão escolar (WITIUK, 2004). No entanto, a profissão não era reconhecida ainda na área de educação, pois não tinha atribuições específicas, mas percebia que era necessária.

Conforme Oliva (1987), o Serviço Social entre o período de 1958 e 1962 foi influenciada pela linha conservadora, e do período de 1962 a 1964 pela vertente mudancista. Este último momento destaca-se pela tentativa de questionar o formato de funcionamento da escola. Com o golpe de 1964, o Serviço Social começa a questionar sua metodologia e referencial teórico utilizado em sua atuação. Já na década de 1970, as assistentes sociais que seguiam a vertente crítica, começaram a aliar-se a partidos políticos que almejavam uma transformação societária. Assim, começaram a ter aproximação com o marxismo e a iniciar o movimento de renovação do Serviço Social.

Nos anos de 1990 houve o avanço do neoliberalismo no Brasil e o papel do estado ficou reduzido, devido à abertura da economia às iniciativas internacionais. No âmbito educacional, o debate continuou e intensificou-se a luta por uma educação pública de qualidade, de forma igualitária, sem distinção de classe social.

Em 2001 houve o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS em que discutiu-se sobre a inserção dos assistentes sociais na educação, e posteriormente a elaboração da brochura intitulada Serviço Social na Educação (CFESS/CRESS, 2012).

Atualmente o Serviço Social está conquistando cada vez mais os espaços escolares da rede pública de ensino fundamental, médio e superior. À medida que a questão social alcança o espaço escolar, se faz necessário a presença deste profissional qualificado para atendimento das demandas que vão além da abrangência da equipe pedagógica da escola. Atuando de modo a viabilizar o acesso dos alunos à uma educação pública de qualidade, a presença do(a) Assistente Social nesses espaços sócio ocupacionais “[...] torna-se imprescindível [pois promove] uma ação interdisciplinar, aglutinando esforços para efetivar a intersetorialidade das políticas sociais, visando a garantir a efetivação da educação para todos e de qualidade.” (SILVA, 2012, p. 45).

Diante do exposto o/a assistente social, por meio de seu arcabouço teórico-metodológico e legal, pode contribuir e mediar os conflitos que possam surgir durante o processo de acesso e permanência da pessoa com deficiência na escola regular, orientando assim quanto aos seus direitos e desenvolvendo técnicas que facilitam não só sua aceitação, mas também a sua efetiva participação na sociedade como um todo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da pessoa com deficiência foi por um lado permeada de preconceito, exclusão e segregação, e por outro houve conquistas de direitos, lutas sociais e busca pela autonomia. Atualmente, percebe-se através das leis e políticas públicas vigentes, que as pessoas com deficiência estão afirmando cada vez mais seu lugar na sociedade de forma mais autônoma e independente.

Visando atender ao objetivo desta revisão bibliográfica, detectou-se que há uma relação extremamente importante entre os/as assistentes sociais e o acesso da pessoa com deficiência ao espaço escolar, apesar dessa presença ser algo relativamente novo, a atuação destes profissionais no espaço escolar busca viabilizar o acesso e permanência dos estudantes, além de intervir no sentido de articular ações e encaminhamentos dos estudantes. Diante disso, se faz necessário que os profissionais busquem novas perspectivas de atuação frente à essas demandas.

Vale salientar que é importante aprofundar os estudos dos/das assistentes sociais relacionados aos temas pertinentes à pessoa com deficiência, bem como o incentivo à mobilização e busca pelos direitos. Afinal, a atuação do/da assistente social nas escolas é de suma importância para que, entre as principais atribuições, haja a viabilização do direito à educação de forma adequada para todos, refletindo nas relações familiares do estudante com deficiência e mostrando uma nova perspectiva de atuação frente às problemáticas do cotidiano à comunidade escolar.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca**. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/96. Brasília - DF: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/ Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). **A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS**: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. Revista SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/7453/5753>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. : il. 28X24 cm;

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social**: infância e juventude desvalidas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história da exclusão da pessoa com deficiência**: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. 284p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176p.

SILVA, Marcela Mary José da (Org). **Serviço Social na Educação**: teoria e prática. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

WITIUK, Ilda Lopes. **A Trajetória Sócio-Histórica do Serviço Social no Espaço da Escola**. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2004.